



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ**

JOARA TAYNA DOS SANTOS

**TRANSIÇÃO DA PROFISSÃO DOCENTE DO MASCULINO AO FEMININO:
O QUE REVELAM E VELAM AS PESQUISAS**

CHAPECÓ-SC

2017

JOARA TAYNA DOS SANTOS

**TRANSIÇÃO DA PROFISSÃO DOCENTE DO MASCULINO AO FEMININO:
O QUE REVELAM E VELAM AS PESQUISAS**

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado como requisito para obtenção de grau de
Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal
da Fronteira sul.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Neide Cardoso de Moura

CHAPECÓ-SC

2017

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

, Joara Tayna dos Santos
Transição da profissão docente do masculino ao
feminino: o que revelam e velam as pesquisas/ Joara
Tayna dos Santos . -- 2017.
39 f.

Orientador: Neide Cardoso de Moura.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de ,
Chapecó, SC, 2017.

1. Docência. 2. Gênero. 3. Masculino. 4. Feminino. I.
Moura, Neide Cardoso de, orient. II. Universidade
Federal da Fronteira Sul. III. Título.

JOARA TAYNA DOS SANTOS

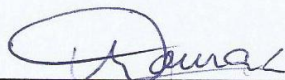
**EVOLUÇÃO DA PROFISSÃO DOCENTE DO MASCULINO AO FEMININO: O
QUE REVELAM E VELAM AS PESQUISAS**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira sul.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Neide Cardoso de Moura

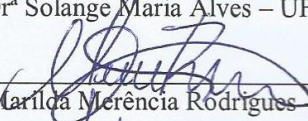
Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:
18 / 07 / 2017

BANCA EXAMINADORA

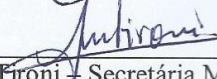


Prof^ª Dr^ª Neide Cardoso de Moura – UFFS

Prof^ª Dr^ª Solange Maria Alves – UFFS



Prof^ª Dr^ª Marilda Merência Rodrigues – UFFS



Prof.^a Margarete Tironi – Secretária Municipal da Educação



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério da Educação
Universidade Federal da Fronteira Sul
Curso de Pedagogia - Licenciatura

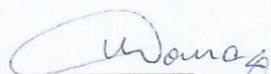
ATA DE AVALIAÇÃO DA DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

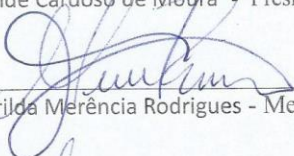
Aos dezoito dias do mês de julho de dois mil e dezessete, às catorze horas, na sala 205 do Bloco B, no Campus Chapecó da Universidade Federal da Fronteira Sul, reuniu-se a banca avaliadora do Trabalho de Conclusão de Curso constituída pelas docentes: Dr^a Marilda Merênci Rodrigues e Margarete Tironi, sob a presidência da Orientadora PhD Neide Cardoso de Moura, para avaliar o Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia - Licenciatura - da acadêmica: **Joara Tayná dos Santos**, sob o título: "Evolução da profissão docente do masculino ao feminino: o que revelam e o que velam as pesquisas". O trabalho foi considerado: aprovado () não aprovado.

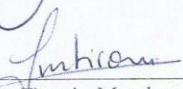
Comentários da banca (observações e/ou recomendações):

A banca sugere a incorporação das fontes principais no corpo do texto e outros tópicos registrados no texto como um tópico.

Chapecó (SC), 18 de julho de 2017.


Prof^a. PhD Neide Cardoso de Moura - Presidente da Banca


Prof^a. Dr^a Marilda Merênci Rodrigues - Membro da Banca


Prof^a. Margarete Tironi - Membro da Banca

Dedico este trabalho pimeiramente ao meu namorado Dionatan Camatti Babicz, o qual desde que estamos juntos só incentivou a me dedicar aos estudos e sempre esteve do meu lado nos momentos mais difíceis, aos meus sogros Neusa Fatima Camatti Babicz e Ademir Babicz que sempre estiveram comigo me ajudando, aconselhando e apoiando. Aos meus padrinhos Antônio Fernandes Barro e Inês Rossett Barro e a minha mãe Lourdes Rosimara Rossett.

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora, Prof^ª. Dr^ª. Neide Cardoso de Moura, primeiramente pela pessoa maravilhosa e iluminada que és, pelas orientações e “puxadas de orelha” quais me ajudaram muito no caminho percorrido, bem como na construção de conhecimento e, pela grande amizade que criamos juntas.

Ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul, em especial Prof^ª Lisaura Beltrame e a Prof^ª Camila Caracelli Scherma, pessoas maravilhosas que entraram em minha vida e fizeram a diferença. Também a Elza Antonia Spagnol Vanin ao me ajudar tanto no decorrer de minha formação, juntamente a coordenação do curso de Pedagogia.

RESUMO

Este trabalho teve como propósito conhecer a evolução da profissão docente em termos do percurso masculino ao feminino, o que revelam e o que velam as pesquisas, tendo como objetivo conhecer os seus caminhos históricos e sociais. Para construção deste, foi realizada uma pesquisa bibliográfica na biblioteca virtual da ANPEd, no GT-08 - Formação de Professores – no período de 2005 a 2015, na qual foi realizado um levantamento dos trabalhos publicados que abordassem sobre a masculinização e a feminização no magistério, por meio do uso dos descritores: mulheres e docência; gênero e docência e homens e docência. O objetivo foi resgatar sua história, selecionando, apenas as pesquisas que poderiam auxiliar na resposta da questão central deste estudo. Podemos inferir que os homens não se afastaram da docência somente pelas evoluções econômicas oriundas da revolução industrial, mas também pelas depreciações direcionadas a docência no momento em que o governo imperial se obrigou a dar espaço para que o gênero feminino entrasse na profissão. Perante os dados analisados na pesquisa, não foi encontrado nenhum trabalho publicado, que relatasse explicitamente tal afastamento, os estudos direcionados ao tema, em sua maioria, trouxeram discussões sobre as mulheres na docência.

Palavras-chave: Docência; Gênero; Masculino; Feminino.

ABSTRACT

This study aimed to get to know the evolution of the profession of teaching regarding the masculine and feminine pathways in terms of its historic and social aspects. It was build over a bibliographic review at the ANPEd, GT-08 – Teacher Graduation – virtual library from 2005 till 2015, including publications on masculinization and feminization in teaching using the key-words: women and teaching, gender and teaching and men and teaching. According to the findings, the men has gotten away of teaching not only because of the economic evolution coming from the progress in the industrial field, but also for the depreciation in teaching caused by the moment when the imperial government opened up for more space for the feminine gender in the profession. The data analysis showed no study that could explained deeply such leave, most of them discussed aspects of women in teaching, instead.

Keywords: Teaching; Gender; Masculine; Feminine.

ESPAÑOL

Este trabajo tuvo como propósito conocer la evolución de la profesión docente en términos de percurso masculino al femenino lo que muestran y lo que muestran las encuestas; y tiene como objetivo conocer los caminos históricos y sociales de ese percurso. Para la construcción de este, fue realizada una encuesta bibliográfica en la biblioteca virtual de la ANPEd, GT-08 – Formación de Profesores (maestros – en el período de 2005 al 2015, en la cual fué hecho un resumen de los trabajos publicados que aborasem sobre la “masculinización” y la “femenilización” en el magisterio, y también el uso de los descriptores: mujeres y docencia, género y docencia y hombres y docencia. El objetivo fue resgatar su historia, seleccionando, solamente las encuestas que podrían auxiliar en la respuesta de la cuestión central de este estudio. Podemos inferir (concluir) que el género masculino no se alejó de la docencia solamente por las evoluciones económicas basadas en la revolución industrial sino que por las depreciaciones direccionadas a la docencia en la época en que el gobierno imperial se obligó a dar espacio para el género femenino en la profesión. Ante los datos analizados en la encuesta no fue encontrado nungún trabajo publicado, que relatase explícitamente tal alejamiento (afastamiento). Los estudios direccionados al tema, en su marjoria, trajeron discusiones sobre las mujeres y la docencia.

Palabras clave: Docencia; Género; Masculino; Femenino.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Pesquisa ANPEd 2005 e 2007.....	27
Quadro 2 – Pesquisa ANPEd 2009	27
Quadro 3 – Pesquisa ANPEd 2011 a 2015	29

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
PARTE 1 - CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL	
1.1 SUJEITOS PROFESSORES NO IMPÉRIO.....	3
PARTE 2 - METODOLOGIA	
2.1 CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	10
2.2 PROCEDIMENTOS.....	11
2.3 LEVANTAMENTOS.....	12
PARTE 3	
3.1 A DOCÊNCIA FEMININA NA SALA DE AULA.....	12
3.2 A SALA DE AULA: FEMININA OU MASCULINA?.....	15
PARTE 4 - AS PESQUISAS	
4.1 O QUE REVELAM/VELAM AS PESQUISAS.....	18
4.2 ALGUMAS APRENDIZAGENS.....	21
OBSERVAÇÕES FINAIS.....	24
REFERÊNCIAS.....	25
ANEXOS.....	27

INTRODUÇÃO:

O gênero na docência é um tema que sempre me chamou muita atenção, me instigou a pesquisar e estudar, sempre tive definições do senso comum sobre a concepção ingênua direcionada a docência, principalmente para professoras de crianças pequenas, como por exemplo algumas afirmativas preconceituosas e até ofensivas principalmente sobre a docência feminina, e mesmo sobre a docência em geral. Questões que nos incomodaram como: para que fazer Pedagogia; profissão feminina desvalorizada não reconhecida; será que quando exercida por homens teve a mesma concepção negativa? Essas e outras questões fizeram parte de nossas inquietações.

Por isso, junto de minha orientadora, decidi realizar uma breve pesquisa sobre “a evolução da profissão docente do gênero masculino ao feminino: o que revelam e velam as pesquisas”, direcionada a como, porque e quais fatores levaram o gênero masculino a se afastar gradativamente da docência.

Como vivemos em uma sociedade machista a invisibilidade das questões masculinas ligadas à docência parecem não serem ventiladas. Esta pesquisa então, teve como propósito conhecer, a história do magistério, bem como o motivo do afastamento do gênero masculino e a aproximação feminina na docência. Tendo em vista sua implicação social e política reconhecemos a importância desse conhecimento para a profissão docente, ao se considerar a pouca valorização observada historicamente quando nos referimos a docência feminina.

Diante disso, a pesquisa teve como objetivo conhecer os caminhos históricos e sociais do processo de masculinização e feminização na docência; assim como pesquisar a história a partir do afastamento masculino até a feminização da docência; identificar os estudos e pesquisas no banco de dados da ANPEd – do GT 08 (Formação de Professores) – de 2005 a 2015, e tentar relacionar esses levantamentos com as teorias e os dados históricos pesquisados.

Ao lermos os estudos pesquisados, pudemos perceber a visibilidade inicial do gênero masculino na história da docência, porém o seu afastamento parece não ter sido muito registrado pelos estudiosos como se esse passado ficasse esquecido ou quem sabe subentendido a partir de aspectos apenas econômicos. De modo amplo, os trabalhos são relatos de professoras mulheres, alguns sobre a extinção do curso do magistério, outros

sobre a sua trajetória na educação e a sua importância na história da profissão, mas nenhum sobre o por que o gênero masculino se aproximou e se afastou da docência. Para além dos autores pesquisados, que tratassem de nosso tema, fica evidente que, se nos nossos dias, poucos estudos articulam gênero e educação, em tempos passados pouco se ventilava sobre esse contexto educacional.

Sabemos que o gênero masculino saiu da educação por causa do desenvolvimento industrial na década de 50, mas será que esse foi o único motivo? Será que o auge da industrialização foi responsável por esse afastamento? Ou será que foi pela possível desvalorização da profissão docente que afastou o público masculino e abriu as portas para o feminino? Ou as políticas públicas educacionais iniciaram um processo de desvalorização em favor da “evolução econômica” e de algumas classes sociais para direção da “nação”? Essas e outras inquietações foram esclarecidas pelos autores e autoras e ficou subentendido que os motivos de afastamento docente masculino vai além do aparente processo de desenvolvimento econômico brasileiro.

Este trabalho está organizado em três partes, em que a primeira apresentará a contextualização histórica e social deste estudo, bem como à profissão docente no período imperial até meados do século XX. Como os mestres da educação e o gênero eram vistos e tratados na sociedade e como o governo imperial lidava com a questão, trazendo como base para a discussão os autores Gondra e Schueler (2008). Também os ensinamentos das autoras Vianna (2001) e Louro (1997) com os temas sobre – “A docência feminina na sala de aula” e “A sala de aula: feminina ou masculina”? –, as quais ajudaram no conhecimento sobre a concepção de gênero e docência.

A segunda parte, explicará a metodologia e os procedimentos que foram utilizados para a construção deste trabalho. A terceira parte tratou de registrar as aprendizagens obtidas e algumas observações construídas ao longo desta caminhada.

PARTE 1

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL

1.1 SUJEITOS PROFESSORES NO IMPÉRIO

Os autores Gondra e Schueler (2008), nos informaram que “nos manuais de História da Educação Brasileira é comum encontrarmos a afirmativa” de que nossos primeiros professores foram os jesuítas; segundo Neves (1978) Apud Gondra e Schueler, os missionários encontraram ao chegar aqui, o lugar próprio para concretização dos projetos de exploração colonial. Por isso muitos ainda pensam que eles foram nossos primeiros professores, mas não eles foram exploradores que utilizavam a educação a seu favor.

Através da língua e da linguagem, oral e escrita, os missionários encontraram terreno fértil para semear ideias e crenças consideradas como padrão de uma civilização – a cultura cristã, católica e reformada, branca, européia *versus* a natureza das terras virgens dos Trópicos e animalidade dos corpos e mentes dos “infiéis” que nelas habitavam (NEVES, 1978 apud GONDRA, SCHUELER, 2008, p.155)

Segundo os autores com a chegada da modernidade surgiram diversas questões de como ser docente e qual seria o modelo ideal de professor. A igreja católica sempre ficou no poder da educação; além de formar os professores, era ela quem dava a licença para ensinar. Sem isso ninguém poderia exercer a profissão, mantendo assim total controle sobre os mesmos. Embora haja indícios de outras formas de ensino tanto formal como informal, com a presença tanto das mulheres como dos preceptores.

Os autores nos informam que com a Reforma Pombalina e a expulsão dos Jesuítas de Portugal e de todo seu império, iniciaram as aulas régias, que a partir da lei de 1772, fizeram parte da atuação docente até meados de 1822, onde a presença masculina era que prevalecia. De acordo com Mendonça e Cardoso (2007, Apud Gondra e Schueler 2008, p. 164): “Para a grande maioria, bastaria ler, escrever e contar; para outros, era preciso instrução da Língua Latina, e apenas a poucos se destinariam as aulas de grego, retórica e filosofia”. A profissão docente, teve grandes mudanças. Uma delas foi a inclusão do magistério com os professores régios, todos masculinos. Então, com a Lei de 15 de outubro de 1827, foram definidas condutas para a contratação do magistério: os candidatos deveriam passar por distintas etapas, como: bancas examinadoras, exame de ortografia e avaliações práticas; os mesmos tinham requisitos a

seguir. Segundo os autores os exames eram diferenciados conforme o gênero, percebendo-se assim, a singela entrada da mulher na educação, ainda com discriminações sobre o gênero, não podendo trabalhar em algumas grades curriculares.

[...] as professoras teriam exames de conhecimentos nas áreas de leitura, escrita, cálculo, doutrina cristã, trabalhos de agulha e bordado. Os professores, por sua vez, prestariam exames sobre o conhecimento das quatro operações, práticas de quebrados, decimais e proporções além dos conhecimentos práticos sobre geometria. (GONDRA E SCHUELER, 2008, p. 169)

Os autores acima citados registraram que com a Lei de 15 de outubro de 1827, apareceram categorias salariais, referentes às posições dos profissionais docentes, os quais se caracterizavam como professores do âmbito primário, secundário e superior, bem como, efetivos, substitutos e temporários. Também, variavam a partir da localização das escolas, as quais se diferenciavam das áreas rurais e urbanas. Todas estas hierarquias eram levadas em conta na remuneração do profissional.

De acordo com os autores, no início do século XIX, começaram a se justificar a criação de uma escola normal para a formação de professores, de um modo rápido, eficaz e de baixo custo para as Províncias. Após o Ato Adicional de 1834, cada Província elaborou seus regulamentos para a seleção e formação dos professores, definido como as escolas seriam organizadas.

Continuam afirmando que entre os anos de 1854 e 1856, foi elaborado um regulamento que trazia certas mudanças para a educação primária e secundária da Corte. Segundo os autores, surgiram novas exigências para a seleção dos professores.

(...) os regulamentos e normas de instrução pública primária e secundária procuraram estabelecer regras e princípios de seleção, formação, recrutamento, licenciamento e controle dos professores públicos e particulares, tentando uniformizar, conformar, homogeneizar e disciplinar os diversos modos de ser professor no século XIX. (GONDRA e SCHUELER, 2008, p.172).

Com isso o império conseguiria estabelecer um controle de modelos ideais de mestres, para a educação de suas crianças. Ainda na companhia desses autores, o ser docente no império tinha a missão de civilizar o povo e construir uma nação; sendo assim, as autoridades confiavam a eles o direcionamento político de seu povo, cabendo-lhes formar cidadãos com moralidade e princípios atribuídos ao futuro do homem e do pai de família. Por isso os mestres tinham requisitos a seguir para atuar na profissão, agindo como exemplo/espelho para a sociedade.

Assim, com o crescimento das indústrias, os mestres começaram a se afastar de seus cargos, também em função da propagação da ideia religiosa e missionária da docência como uma missão a ser cumprida, pelos consequentes baixos salários e pela escassez de materiais didáticos, foram em direção a profissões mais bem remuneradas, e de mais prestígio social, abrindo, assim as portas para a atuação das mulheres na educação. Mediante esses fatos e, com o regulamento criado em 1854, as mulheres começaram a adentrar na educação; mas havia rígidas exigências para as mesmas e, também, como já dizia o regulamento, ambos os sexos deveriam ter idade acima de 25 anos e serem brasileiros natos ou naturalizados.

[...] No caso das solteiras, era necessária a apresentação de expressa autorização paterna ou de outro responsável para que se candidatasse a uma vaga como professora adjunta ou efetiva das escolas públicas de meninas. Se fosse casada, a candidata deveria apresentar a devida autorização marital para dirigir casa de escola e lecionar; se fosse viúva, o atestado de óbito do marido. Quando separada, segundo as normas eclesiásticas, deveria apresentar a certidão do pároco. (GONDRA e SCHUELER, 2008, p.176)

Apesar do magistério de primeiras letras ser para “homens e mulheres das camadas médias e pobres”, estes deveriam ter bons conceitos perante a sociedade para atuar nesta função. Além de ter a missão de ensinar os professores eram responsáveis pela administração, limpeza e higiene das escolas, entre outras funções estabelecidas aos docentes. As mulheres não podiam andar desacompanhadas e deveriam usar vestes adequadas para a profissão.

Os autores nos informam que, entre 1820 e 1840, o salário dos docentes não se diferenciava a partir do gênero (masculino/feminino), mas sim pela localização das escolas, as quais se diferenciavam em termos de urbanas e suburbanas. Sendo assim, as que se localizavam nas áreas urbanas eram mais bem remuneradas, podendo ser uma das causas do afastamento masculino da profissão, pois com salários baixos, poucos recursos e o modo como eram tratados os profissionais, era difícil haver docentes habilitados que se disponibilizavam a dedicar-se inteiramente ao exercício do magistério. Com isso, entre a década de 1860 e 1870, inicia-se a fase embrionária dos sindicatos dos professores, que teria o papel em defender seus direitos.

Segundo suas conclusões foi, através de pesquisas sobre meninas e mulheres e relações de gênero, que os resultados encontrados teriam sido alvos preferencialmente estudados, nas últimas décadas, pelos historiadores internacionais; com destaque para

como o gênero masculino as consideravam como objeto. Com o desenvolvimento das mulheres na docência, o desejo pela sua investigação cresceu cada vez mais perante o olhar dos estudiosos, não só na inserção da mulher no campo doméstico, familiar e privado, mas também em “espaços públicos, nas práticas de educação formais e informais, nos movimentos de luta, na ação social pelos direitos civis e políticos e no mundo do trabalho”. (Gondra e Scuelter, 1997, p. 285). Nesses estudos, segundo os autores, o gênero feminino tem se destacado no mercado de trabalho urbano e rural, e também no sustento familiar.

Segundo esses autores, com base nas pesquisas realizadas sobre os processos educativos nos anos oitocentistas, a educação/instrução familiar ou doméstica, eram desenvolvidas a partir das próprias domésticas e das preceptoras. As mulheres da elite eram as únicas que tinham o direito de estudar, sendo estes estudos direcionados à administração da casa e da família, bem como, à educação dos filhos, ao cuidado com a casa, à música, outras línguas (geralmente o Francês), ao canto e à dança. A educação das mulheres na sociedade diferenciava-se a partir de sua classe social, etnia, religião e outros.

Seus estudos nos ensinaram que a educação dos meninos e meninas na época foi diferenciada em grande parte do século XIX e início do século XX, quando o gênero feminino não podia estudar ou atuar em determinado tipo de conteúdo, existindo grandes preconceitos entre as próprias mulheres sobre esta questão, bem como em relação a seus comportamentos, suas vestimentas, a atuação docente e até mesmo o modo de se relacionar com a sociedade. A mulher sempre atuou na educação, como preceptora e educadora de seus filhos. Por isso a profissão era vista como uma vocação feminina. Ainda segundo os autores, no século XIX existiram muitas tensões na instrução pública, sendo uma delas a diferença de saberes dos meninos e das meninas; a legislação da educação, juntamente com a igreja católica, determinavam a separação de saberes entre os meninos e as meninas, assim, impedindo a libertação entre os sexos. Por isso, quase todo o século XIX e o início do século XX a maior parte das escolas e colégios brasileiros eram separados por sexo, com algumas experiências espalhadas de educação conjunta em escolas mistas.

Os autores comentam que na Lei Geral do Ensino de 15 de outubro de 1827, a qual já foi mencionada anteriormente, confiou esta característica (co-educação) ao

diferenciar o ensino entre meninos e meninas; as mesmas só poderiam estudar o que era lhes ministrado como doutrina cristã, leitura e cálculo elementar. Estes eram interpretados como estudos essenciais para as “prezadas que servem a economia doméstica” (art.12), bem como, aulas de bordados, costuras e agulha. Naquela época o modelo de aprendizagem para a formação docente acontecia pela prática, a partir da interação com outros docentes, os quais transmitiam informações importantes para o exercício da profissão. Com isso e sob o discurso patriarcal que, existia na época, as mulheres e meninas que faziam o magistério eram educadas através do modelo doméstico e o preceptorado.

Em 1832, a norte-rio-grandense Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885), jornalista, escritora, professora e diretora de colégios de meninas da Corte – o Colégio Augusto (1838-1855) – publicou “Direitos das mulheres e injustiças dos homens”, texto que representa significativo ponto de inflexão nos discursos relacionados à educação feminina. Destacando o protagonismo das próprias mulheres no processo de conquista de direitos, o documento criticava a educação colonial e a escassez de escolas para meninas em todo o Império. (GONDRA; SCHUELER, 2008, p.207)

Segundo os autores, havia contradições ao se referir à mulher como mestra de crianças pequenas, pois historicamente as mulheres tinham cérebros frágeis e perigosos, ao mesmo tempo tinham atos dóceis e vocação materna. Essas contradições sobre o feminino, muitas vezes eram moldadas, pelas próprias mulheres, como por exemplo, os trabalhos produzidos por Nísia Floresta Brasileira Augusta, que defendiam uma educação de qualidade para as mulheres e a igualdade dos gêneros, mas também era a favor de preparar o gênero feminino para o trabalho doméstico (como um disfarce político); de acordo com os autores, podemos pensar que essas mulheres estariam abrindo espaços para brigar pelos seus direitos, dando voz aos preconceitos dos homens como estratégia de libertação.

Afirmam que, em 19 de abril de 1879, ocorreu o decreto chamado Reforma Leôncio de Carvalho, a qual tinha como objetivo realizar mudanças no ensino primário e secundário, introduzindo então, alguns conteúdos para as meninas, como ginástica e economia doméstica e para os meninos física, química, horticultura e agricultura. Tal decreto também trazia consigo as aulas mistas, nas quais meninas e meninos de até dez anos de idade teriam aulas coletivas, gerando então grandes discussões e divergências entre os docentes. As professoras foram as que mais sentiram com esta mudança, pois as mesmas acreditavam que a sociedade não estaria preparada para tal mudança a co-

educação¹, pois a formação da mulher era ainda muito desprezada. Por isso esse convívio entre os gêneros seria um grande obstáculo a ser enfrentado. Segundo os autores para a professora Rozalina Franzão:

(...) a educação das meninas deveria primar pelo controle da intimidade e pela manutenção do pudor, o que seria prejudicado com a frequência dos meninos às escolas, pois as casas “acanhadas” não estariam adequadas para atender às necessidades diferentes de ambos os sexos, e estes se obrigariam a dividir a “mesma privada”. No entanto, não apenas a preservação do pudor e do comportamento sexual das meninas estava em jogo; era necessário também guardá-las dos “perigos” representados pela presença masculina. (CONFERÊNCIA PEDAGÓGICA, 1883 apud GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 212)

A partir da co-educação e suas discussões iniciaram-se o processo de feminização do magistério, pois diante deste modelo de educação as mulheres começaram a ser vistas como profissionais, assim, tendo acesso à formação escolar para as professoras das escolas primárias, implantadas em várias províncias do império a partir de 1830 e 1840, as quais eram denominadas “escolas normais”; estas, no final do século XIX registraram significativa presença feminina.

Pesquisas realizadas por historiadores da educação nos anos oitocentistas, constaram o grande crescimento da atuação das mulheres no magistério público e privado, nos arredores no Império, nas últimas décadas, bem como, a partir de meados das décadas finais do século XIX. Porém em termos da masculinização e seu afastamento os comentários são os mesmos já citados. Segundo nossas observações, seria importante, embora não caberia neste estudo, pesquisar o quantitativo de homens e mulheres na docência suas profissões para além da sala de aula.

O conceito da mulher, como uma missão/vocação para educar e cuidar das crianças, ampliou as possibilidades de crescer na carreira profissional, a partir do momento em que os homens começaram a se afastar da docência em busca de outras profissões com maior remuneração, e, conseqüentemente com um maior prestígio social. Por isso, segundo Almeida, (1998, p. 65), o processo de feminização do magistério não pode ser tomado como uma permissão dos homens, pois com isso eles teriam “a perda de um espaço profissional”. Esse fato não parece ser verdadeiro, segundo os historiadores, não se tratou de perda, mas de outras possibilidades profissionais não oportunizadas as mulheres. Por outro lado, os historiadores afirmam

¹ Modelo de educação mista, isto é, em um mesmo ambiente escolar conviviam meninas e meninos.

que este fenômeno não significou o abandono imediato dos homens da profissão, mas sim, ficando mais visível nas primeiras décadas do século XX, que

A ocupação do magistério pelas mulheres deu-se efetivamente pelo aumento do número de vagas e, segundo alguns historiadores, pelo abandono dos homens desse campo profissional. A retirada dos homens em busca de outros empregos mais bem remunerados teria permitido que seus lugares fossem ocupados pelas mulheres, e alguns autores, aliás, arriscam a hipótese de que era desonroso e até humilhante para os homens exercer essa profissão. (ALMEIDA, 1998, p.65)

Segundo essa autora, a educação quando era ministrada por médicos, políticos, jornalistas, advogados, militares, engenheiros entre outros, tinha um grande prestígio e visibilidade social e política; com isso os homens tinham poderes na sociedade e sobre a política. De acordo Apple (Apud Almeida, 1998), observa-se que os homens começaram a se afastar das escolas a partir do momento que suas exigências foram modificadas e ampliadas. Nesse sentido a maior obrigatoriedade em ter um curso de licenciatura, certificados, diplomas e, também no aumento do tempo letivo a ser cumprido; pode ter gerado desmotivação pela percepção de um maior controle sob o ensino e a educação.

Diante desses levantamentos, podemos concluir que os homens se afastaram do magistério, primeiramente pelo crescimento das indústrias, pela baixa remuneração e desvalorização da profissão, bem como as funções estabelecidas aos profissionais, pelas exigências da profissão, que no decorrer dos anos foram sendo modificadas. Outro fator importante foi o crescimento da população carente por escolas, as quais, já não eram direcionadas só para a elite, mas, sim, para uma sociedade que crescia vertiginosamente, apontando para um direito de todos. Como esses fatos nos revelam os homens avançam para outros nichos profissionais mais rendosos e interessantes e como resposta a essa abertura social, as mulheres avançaram em seu processo de crescimento acadêmico e profissional.

PARTE 2

METODOLOGIA

2.1 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Vários autores se preocuparam com a pesquisa bibliográfica em nosso estudo, selecionamos os autores Traina e Junior ao proporem que ao

Realizar uma pesquisa bibliográfica faz parte do cotidiano de todos os estudantes e pesquisadores. É uma das tarefas que mais impulsionam nosso aprendizado e amadurecimento na área de estudo. (2009, p. 01)

Para o autor Motter (2007, p. 01), “na condição de princípio científico, a pesquisa apresenta-se como a instrumentação teórico-metodológica para construir conhecimento”, ou seja, a pesquisa é um instrumento teórico-metodológico utilizada para alcançar a construção de novos conhecimentos. Sendo assim, a pesquisa bibliográfica é um desses instrumentos ligados a diversos modos de pesquisar, possibilitando a construção de conhecimentos, baseados em documentos nacionais e /ou internacionais, já publicados como artigos, livros, teses, dissertações entre outros.

A pesquisa bibliográfica tem grande importância na realização de trabalhos acadêmicos, a partir das pesquisas, conseguimos conhecer o tema que desejamos trabalhar. Nessa direção para construção deste trabalho realizei uma pesquisa bibliográfica na biblioteca virtual da ANPEd, GT 08 - Formação de professores – na qual fiz um levantamento dos trabalhos publicados que se referissem a docência, resgatando sua história e as implicações de gênero. Inicialmente, fazendo uma leitura dos resumos de cada dissertação e me apropriando do tema, selecionando os que poderiam auxiliar na tentativa de dar resposta para a questão problema deste estudo.

Ao ler os trabalhos encontrados, pude perceber a presença inicial do gênero masculino na história do magistério, porém o seu afastamento parece não ter sido muito registrado pelos estudiosos, como se esse passado ficasse esquecido ou quem sabe subentendido. De modo amplo, os trabalhos são relatos de professoras, alguns sobre a extinção do curso do magistério, outros sobre a sua trajetória na educação e a sua importância na história da profissão, mas poucos sobre o por que os homens se aproximaram e se afastaram da docência.

Os estudos indicam que o gênero masculino se afastou da docência por causa

dos avanços econômicos ocorridos pelo desenvolvimento industrial, na década de 50. Porém, ficamos com algumas questões: será que esse foi o único motivo? O auge da industrialização foi o único responsável por esse afastamento? Ou será que foi pela possível desvalorização da profissão docente que afastou o público masculino ao abrir as portas para o feminino? A quem serviu a desvalorização ocorrida?

2.2 PROCEDIMENTOS

Para as buscas no site da ANPEd foram utilizados os seguintes descritores: mulheres e docência; gênero e docência e homens e docência. O recorte temporal foi do ano de 2005 a 2015, contemplando dez anos de pesquisas. As universidades mais citadas foram as públicas e as Pontifícias Universidade Católicas do Brasil.

Organizamos quadros explicativos na seguinte ordem: ano de realização da ANPEd: Título – Autores – Instituição – Problema – Teoria – Desenvolvimento – Resultados, para melhor visualização, os mesmos encontram-se em anexo. Ressaltamos que nessa base de dados foram apenas selecionadas as dissertações disponíveis e relacionadas ao nosso tema de pesquisa.

O primeiro procedimento metodológico foi a realização da leitura e um breve fichamento dos artigos que auxiliaram na compreensão dos temas pesquisados pelos diferentes autores. Esse procedimento nos remeteu à percepção de que o afastamento masculino é pouco comentado e apenas brevemente justificado pelos autores. Em seguida realizamos fichamentos dos artigos de Louro (1997), Vianna (2001) e Gondra; Schueler (2008), em que observamos que os homens não se afastaram da docência somente pela evolução econômica oriunda da revolução industrial, mas também pelas depreciações direcionadas à docência, no momento em que o governo imperial, se obrigou a dar espaço para o gênero feminino na profissão. A seguir apresentamos o segundo procedimento metodológico, ou seja, os levantamentos e a organização de quadros contendo breves fichamentos das pesquisas² ressaltando o que mais nos chamou atenção.

² As pesquisas foram publicadas no formato de artigos.

2.3 LEVANTAMENTOS

Como segundo procedimento para apresentar a pesquisa realizada no banco de dados da ANPEd, construímos quadros explicativos sobre os artigos lidos, apresentando sucintamente o desenvolvimento da pesquisa e seus resultados. De modo geral, podemos observar que, a maioria dos artigos analisados, eram pesquisas sobre relatos de professoras, referente à profissão docente, bem como ao gênero feminino.

Para o objetivo da nossa pesquisa, buscamos registros sobre o afastamento masculino da docência e, não foram encontrados estudos direcionados especificamente a esse público. No geral os artigos trouxeram informações sobre a formação docente feminina em escolas bem como sua formação continuada. Esse fato, entre outros, nos permitiu perceber que o inexistente número de pesquisas sobre o afastamento masculino da docência mais vela do que revela os motivos pelos quais ocorreu esse fato. Por outro lado, nos permite inferir que os motivos e os fatos, por nós detectados, já foram registrados por alguns autores e autoras, ficando uma lacuna e um questionamento nosso: Como os homens da época justificariam seu afastamento da docência, foi pelos salários? Ou outras formas mais atrativas de profissão?, enfim... questões que a história contemporânea talvez não desse conta!

PARTE 3

3.1 A DOCÊNCIA FEMININA NA SALA DE AULA

De acordo com a autora Vianna (2001), a partir do século XX, a profissão docente passou a se constituir de maneira sobretudo feminina; hoje se destacando mais na educação básica, evidenciando portanto uma grande presença das mulheres no magistério brasileiro.

Segundo a autora o Censo do Professor, que o Ministério da Educação (MEC) divulgou em 1999, por meio de uma pesquisa realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) em 1997, que o gênero feminino ocupava 85,7% da docência na Educação Básica. Podemos dizer que este processo não se iniciou nos dias de hoje, mas sim desde o fim do século XIX, momento em que as mulheres começaram adentrar na educação, a partir de escolas domésticas ou de improviso. Desde 1860 que o

sexo feminino assume o cargo de professora, com vistas de estender o ensino público primário.

Complementa que, com o grande crescimento das mulheres na educação no século XX, segundo o censo demográfico de 1920, 72,5% de mulheres atuavam na docência da educação primária. No decorrer do século XIX, o sexo masculino foi aos poucos abandonando a educação; sendo assim, as escolas normais começaram a formar cada vez mais mulheres para a docência. De acordo com a autora, este fenômeno foi ocorrendo, pelas grandes transformações que foram acontecendo, no âmbito econômico, demográfico, social, cultural e político. A partir disso, podemos perceber que a feminização do magistério foi consolidada pelas mulheres, fato que ecoou para outros espaços profissionais, oferecendo maior visibilidade ao gênero feminino.

Ainda, segundo a autora, até 1980, o gênero como um todo foi pouco estudado entre os estudiosos da educação no Brasil e, nos dias atuais, a análise sobre os gêneros masculino e feminino e seus significados é, ainda, escassa. Mas, embora essa discussão seja pequena no âmbito educacional, o magistério traz reflexões instigantes sobre o trabalho e identidade docente quando se refere ao gênero.

De acordo com a autora, no que diz respeito às discussões sobre gênero, conforme proposições de Heilborn (1992, Apud Vianna, 2001), é correto afirmar que, o gênero para a sociedade, tem como propósito resgatar sua construção cultural e histórica sobre as diferenças sexuais entre homens e mulheres, buscando superar o pensamento de que essas diferenças determinam as diferenças culturais, assim, julgados como seres de qualidades diferentes. Tal construção cultural e social – em que os gêneros feminino e masculino foram constituídos – têm como relação o poder do homem sobre a mulher, uma interpretação machista e que nos faz reféns desta concepção histórica e cultural.

Vianna (2001) destaca em seu estudo duas consequências das tantas que marcaram o fenômeno da feminização do magistério. A primeira consequência para este fato, segundo a autora, foi o grande preconceito histórico que é visível até hoje em nossa sociedade, em que o sexo na docência está articulado aos preconceitos eternizados por pessoas com concepções ultrapassadas, determinando o que são ações masculinas e femininas (como se comportar, se vestir, qual seu dever, seus princípios). O percurso da feminização do magistério, como já aprendemos com as autoras Gondra e Schueller

(2008), e reafirmado aqui por Vianna, ocorreu pela baixa remuneração salarial, pelas péssimas condições de trabalho, bem como sua classificação sexual da profissão docente.

Diante das ideias de Vianna, podemos perceber que as diferenças salariais, a desvalorização de profissões; entre outros preconceitos, estão em todas as profissões ocupadas pelo gênero feminino. As mulheres hoje ocupam 90% dos cargos da educação infantil, enquanto no ensino superior, a mulher ainda é a minoria, sendo relevante destacar que a desvalorização da profissão não está na educação superior e, sim, na educação básica, sendo 87,5% dos cargos femininos, como mostra o censo do professor de 1999 citado acima. Mesmo com o processo de feminização da docência, o homem continua sendo mais bem remunerado, com melhores cargos e maiores salários.

Vianna destaca que já no final do século XX, os salários da profissão se diferenciavam pelo gênero: os homens ganhavam em torno de 40% mais que as mulheres. Ocorreu-nos um questionamento sobre esse fato: os autores Gondra e Schueler (2008), já afirmaram que, na época do império, os salários eram diferenciados para mais ou menos, a partir da localização das escolas: urbanas e suburbanas. Inquieta-nos saber se na atualidade existe essa diferenciação para além do gênero?

A segunda consequência para o fato da feminização do magistério, são os significados dos gêneros feminino e masculino que permeiam a profissão docente. De acordo com a autora, as definições do que é feminino e masculino, também definem o comportamento do professor/professora com o educando, bem como a divisão sexual de trabalho, funções consideradas historicamente femininas, e, também pouco valorizadas.

A autora nos alerta para a compreensão de que algumas funções profissionais ainda são separadas com base no sexo masculino e feminino, no sentido do que podem e não podem fazer. O cuidado, por exemplo, é ainda visto como uma vocação feminina, por isso é pouco valorizado, perante a sociedade, temos como exemplo a educação infantil e a enfermagem, as quais estão ligadas ao afeto, cuidado e docilidade. Segundo a autora “o ato de cuidar, fundamental na relação com a criança, deve ser entendido como uma atividade que envolva compromisso moral” (p.93); sendo assim, não deveria ter relação com o gênero, mas sim, com a construção de um cidadão com moralidade.

Para a autora o ato referente ao feminino ou masculino não está relacionado com

o gênero e, sim com suas atitudes, pois, conforme sua pesquisa de doutorado, pode perceber que existem professores que fazem o papel considerado feminino ou masculino a depender de sua condição de vida, como também existem alguns casais que dividem as tarefas domésticas, não se importando com a divisão sexual das atividades humanas.

3.2 A SALA DE AULA: FEMININA OU MASCULINA?

A autora Louro (1997), ao citar a obra de Nísia Floresta, intitulada “A mulher metida a homem”, relata que Nísia foi professora e feminista, em meados do século XIX, e já denunciava a submissão em que viviam as mulheres, bem como reivindicava sua libertação através da educação.

A autora afirma que a educação, não era igual para ambos os sexos, logo, percebemos que as diferenças apontadas por outros autores são avalizadas pela pesquisa histórica. Existiam professores para os meninos e professoras para as meninas; os mesmos deviam estudar em classes ou até mesmo turnos diferentes. Os professores e professoras, além de ensinar, tinham a missão de serem exemplos para a sociedade; assim, deveriam possuir moralidade e suas casas deveriam ser adequadas e saudáveis.

Esses mestres e mestras, ainda tinham a missão de ensinar a ler, escrever, contar e a adotar a doutrina cristã, cujos conteúdos eram iguais para ambos os sexos, mas se diferenciavam diante as profissões futuras para o sujeito masculino. Assim, os meninos estudavam geometria, enquanto, as meninas bordado e costura, além do cuidado da casa e dos filhos, que na época, era considerado a profissão prevista para todas as mulheres.

Desde jovens, as moças eram instruídas para satisfazer seu esposo, mas este ensinamento se estabelecia conforme as classes sociais, sendo que, nas inferiores eram preparadas para cuidar da casa, de seus filhos, bem como da organização da família; já as moças da elite, estudavam outras línguas – geralmente o francês –, música, piano, culinária e habilidades com a agulha. Estes estudos eram ministrados por preceptoras em sua residência, cujo objetivo educacional era de ser meramente companhia e lazer para seu marido, bem como uma exibição diante da sociedade.

Segundo a autora, a concepção de educação para a mulher, era de que a mesma deveria ser educada, não para suas necessidades, mas sim para o cuidado do marido, dos

filhos ou para a missão de educar as futuras gerações.

Ela deveria ser, em primeiro lugar, a mãe virtuosa, *o pilar de sustentabilidade do lar*, a educadora das gerações do futuro. A educação da mulher seria feita, portanto, para além dela, já que sua justificativa não se encontrava em seus próprios anseios ou necessidades, mas em sua função social de educadora dos filhos ou, na linguagem republicana, na função de formadora dos futuros cidadãos. (LOURO, 1997, p.446)

De acordo com Louro, a mulher deveria se portar como a virgem Maria, tendo pureza, missão da maternidade, perfeição moral, aceitação de sacrifícios e a ação educadora de seus filhos e filhas, como a história da virgem, apontando a bifurcação comportamental entre Maria e Eva, a santa e a profana.

Segundo a autora em meados do século XIX, começaram a ser criadas escolas para a formação dos docentes, onde homens e mulheres poderiam formar-se, mas em classes separadas ou até mesmo em escolas diferenciadas. Essas tinham como objetivo formar professores e professoras para atender à demanda escolar que estava crescendo. Mas, não aconteceu como o esperado pois, pouco a pouco, os homens foram deixando a educação e com isso, houve a necessidade de se formar mais mulheres para esse nicho profissional.

Segundo a autora, o fato da criação das escolas para a formação de professores, provavelmente ocorreu pelo alto crescimento da urbanização e da industrialização da época – como reafirmado por Vianna (2001), trazendo novas oportunidades de trabalho para o gênero masculino, dando início à feminização do magistério. Este fenômeno, causou muita polêmica e discussões, visto que algumas pessoas não aceitavam a ideia de ceder a educação das crianças sob responsabilidade das mulheres as quais para, o sexo masculino, tinham cérebro frágil e pouco desenvolvido.

A autora destaca que com este acontecimento, iniciou o surgimento de vozes críticas sobre o assunto, algumas em prol da feminização e outras contrárias. Dentre essas vozes, encontrava-se Tito Lívio de Castro, o qual defendia que, mesmo existindo uma ligação entre o gênero feminino com a educação infantil, era ameaçador deixar esta profissão em suas mãos. Já outros pensadores, defendiam a ideia de que, como o futuro de todas as mulheres era a maternidade, no qual se realizava o primeiro passo da educação e instrução de seus filhos, poderia se pensar a profissão docente como uma extensão da mesma, onde os alunos seriam seus “filhos espirituais”. Assim, a educação poderia ser repensada como uma atividade de amor e de doação ao outro, profissão que

só poderia ser exercida por aquelas que fossem providas de vocação tanto materna como de docilidade e respeito.

Segundo a autora, o magistério que era considerado uma profissão masculina, leiga e de prestígio social, começa a ser visto como uma profissão feminina – pela sua personalidade paciente, minuciosa, e de vocação – sendo considerado, como um trabalho/sacerdócio e não mais uma profissão. Isto fez com que, os homens fossem se distanciando cada vez mais da docência. Sendo assim, os profissionais da área, foram perdendo sua autonomia na educação pelo poder do Estado, este que, a partir deste momento, decidiria os conteúdos a serem trabalhados, os horários dos professores, bem como seus salários. É importante ressaltar que a autora deixa claro que este fato está ligado a muitos outros fatores, não somente à inserção da mulher na profissão.

Louro (1997) mediante a enorme saída do gênero masculino na docência, as escolas de meninos começaram a ficar sem professores; por isso, as províncias tiveram que tomar outras atitudes, tendo de ceder suas cadeiras de regência às professoras formadas na Escola Normal, dando início à mistura dos sexos, como mostra o relatório da província do Rio Grande do Sul de 1877, transcrito por Primitivo Moacyr:

É demasiado sensível a falta de professores: mais da metade das cadeiras do sexo masculino está por prover; comarcas inteiras não possuem uma única escola. Se as habilidades oriundas da Escola Normal por enquanto não satisfazem as necessidades do ensino para o sexo masculino; se o pessoal que busca a regência interina de cadeiras em sua generalidade, não tem idoneidade e capacidade, como proceder? A regência das escolas vagas do primeiro grau do sexo masculino deve ser dada às professoras habilitadas na Escola Normal, opina o diretor geral. É de fato incontestável a supremacia da mulher para as funções do magistério primário, não só para a infância como para os adultos. Nos Estados Unidos é prática geral ver o magistério exercido por senhoras [...] No Brasil, a experiência está sendo feita no Ceará... (MOACYR, 1940 apud LOURO, 1997, p. 452)

De acordo com a autora, perante a sociedade, a mulher era reconhecida como frágil, por isso, deveria ser protegida e controlada. No entanto a atuação docente, não deveria prejudicar seu lado feminino; portanto, a atuação da mulher na docência, apresentava-se como uma profissão provisória e transitória, já que a mesma não deveria afetar sua missão de mãe e esposa. Caso isso acontecesse a mesma perderia a permissão para atuar.

No entanto, o trabalho docente era preferencialmente aceitável apenas para as solteiras e viúvas, assim, por ser uma profissão provisória e ser dever do homem sustentar a casa - um sinal de masculinidade -, os salários sofreram reduções

importantes. Percebe-se que o império não fazia questão de ter o gênero feminino atuando na docência, quem sabe por medo de perder o controle das rédeas. Mas, mesmo sendo contra essa questão, sentia a necessidade de sua presença na educação, visto que com a evasão docente masculina, não possuía outra saída.

Sendo assim, o magistério começou a ser visto como uma profissão feminina, até porque as professoras tinham permissão de atuar somente em um turno, tendo o outro para realizar suas tarefas domésticas, justificativa também, para sustentar a versão de um salário reduzido das mesmas.

Segundo esta autora, pelo fato, de a mulher ser considerada dócil e sensível, as profissões como a enfermagem e a docência começaram a se tornar femininas, pois o conceito do cuidado, nesse período, estava totalmente ligado ao gênero feminino, em que o mesmo, era educado desde jovem para tal dedicação.

PARTE 4

4.1 O QUE REVELAM/VELAM AS PESQUISAS

Neste tópico registramos as pesquisas encontradas na biblioteca virtual da ANPED de 2005 a 2015, apresentadas no GT 08 – direcionado a Formação de Professores.

No ano de 2005 a autora Castro na pesquisa “Reflexões sobre a profissão docente: antigas professoras falam sobre o passado e o presente da professora primária”, comenta que foi uma pesquisa realizada com onze antigas professoras, nascidas entre os anos 1912 e 1926, ambas entre setenta e oito e noventa e dois anos, com objetivo de descobrir, por que motivo ocorreu a desvalorização do magistério, e como podemos resgatá-lo. Como resultado foi identificado que as professoras foram sendo desvalorizadas por não conseguirem dar conta de seu trabalho, tendo salários baixos, necessitando trabalharem em duas escolas para se manterem economicamente.

Em 2007, Andrade na pesquisa “Pesquisas sobre formação de professores: uma comparação entre os anos 90 e 2000”, nos mostrou que tal trabalho, foi uma análise de teses e dissertações brasileiras, defendidas entre os anos 90 e 2000, disponíveis no

banco de dados da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior). Na qual foram encontrados setenta e cinco trabalhos de teses e dissertações defendidos no período dos anos 90 a 2000 sobre o magistério, sendo que, quarenta e três sobre o magistério do ensino médio e treze do ensino superior.

No ano de 2009, a autora Manzano na pesquisa “A formação de professores na revista brasileira de educação (1995 – 2005): uma breve análise”, nos relata que sua pesquisa foi realizada no banco de dados da ANPEd entre os anos de 1995 e 2005, direcionados à formação de professores em geral, sua valorização, formação continuada e permanente progresso no desenvolvimento dos conhecimentos. Os resultados foram as identificações de grandes avanços e ajustes na segunda fase da revista, aumentando grandemente o número de artigos publicados e direcionados à pesquisa.

O autor Sobreira na pesquisa “Fale com ela(s)” (2009), nos traz uma entrevista realizada com professoras que trabalham na área da educação formadas no Normal Médio, com propósito de descobrir o que pensavam sobre as mudanças e os reajustes da LDB Lei 9394/96 do Normal Superiores (NS), bem como as Instituições Superiores de Educação (ISEs), dando assim, decreto de morte para o Normal Médio (NM). Nessa pesquisa, o autor se refere a várias situações de pacientes em estados mórbidos, referindo-se aos estados que o magistério aparentou. Com isso o pesquisador foi até as instituições, aos centros educacionais, para saber qual era o posicionamento das professoras sobre o assunto, trazendo à tona as divergentes ideologias das mesmas.

Ainda em 2009, Araújo em sua pesquisa sobre a “História de vida de professoras: reflexões contextuais sobre a docência”, comenta que seu trabalho foi uma pesquisa, realizada com professoras que nasceram, viveram e atuam como docentes nas Ilhas do Guajará no Belém do Pará, abordando três temáticas interrelacionadas: cultura, gênero e formação. Com o objetivo de conhecer como estas mulheres foram criadas e como são tratadas atualmente após sua formação docente. As professoras pesquisadas relaram, que na infância sofriam diversos preconceitos por serem mulheres, negras e filhas de mãe solteira e/ou doméstica. Nos dias atuais, como professoras, o tratamento é muito diferenciado, onde são respeitadas pela profissão docente.

Outra autora Bueno (2009), na pesquisa “Leitura profissional docente os limites da universitarização do magistério”, relata que é uma pesquisa, a qual foi realizada sob

caráter etnográfico tendo como referencial empírico o PEC-Formação Universitária, um programa de formação continuada em nível superior, com o propósito de descrever e caracterizar como as professoras das séries iniciais – alunas do programa –, liam os textos acadêmico-educacionais oferecidos. Segundo a autora, os textos acadêmicos eram de grande importância para a formação continuada dos docentes, bem como o reconhecimento da associação entre a teoria e a prática, oferecendo melhor compreensão na relação entre a universidade e a escola, resultando na produção e na circulação de saberes mais relevantes para a educação, não somente sobre a educação.

Sobre a pesquisa encontrada “Visões sociais a cerca do magistério”, o autor Conti (2009), comenta que foram analisados relatos de vida de seis professoras em início de carreira, que atuam na rede de ensino de um município de médio porte do interior do estado de São Paulo, com objetivo de compreender como a profissão docente é vista perante as concepções sociais sobre gênero, classes sociais, e mais tarde classes populares. Diante a pesquisa, percebe-se que as classes sociais têm um grande poder sobre a sociedade, assim como na distinção entre o gênero feminino e o gênero masculino que ainda é muito presente em nossos comportamentos e atitudes. Portanto a visão entorno da profissão docente ainda é – para algumas das professoras entrevistadas – como uma válvula de escape da sociedade.

Em 2011 na pesquisa “Profissionalização docente: da aderência à vocação”, a autora Mury nos trás que tal trabalho era uma pesquisa que tinha como propósito compreender o processo de profissionalização do corpo docente da instituição Escola da Ladeira. Sendo assim, foram realizadas entrevistas baseadas na metodologia das histórias de vida de professores da escola, partindo da necessária articulação entre o eu profissional e o eu pessoal. A pesquisa trouxe à tona a categoria da aderência como relevante para analisar a maneira pela qual esse corpo docente acessou à profissão, dentro de um campo de escolhas possíveis; o magistério mostrou-se o caminho viável para a inserção no mercado de trabalho.

Diante dessa pesquisa, percebe-se que não há nenhum trabalho publicado entre estes quinze anos, que relate o afastamento do homem/gênero masculino da profissão docente. Podendo então afirmar que somente os historiadores e estudiosos da educação se preocuparam em relatar este momento.

4.2 ALGUMAS APRENDIZAGENS

Com base na contextualização teórica deste estudo, os autores Gondra e Schueler (2008) nos ensinaram que, com a expulsão dos Jesuítas de Portugal e de todo seu império, iniciaram as aulas régias. Momento em que a profissão docente, apresentou mudanças. Uma delas foi a inclusão do magistério com os professores régios, todos masculinos.

Confirmam ainda que, com a Lei de 15 de outubro de 1827, foram definidos requisitos para a contratação de mais professores do magistério. Segundo os autores os exames eram diferenciados conforme o gênero, percebendo-se assim, a singela entrada da mulher na educação, ainda com discriminações sobre o gênero, não podendo trabalhar com algumas grades curriculares, aparecendo também, categorias salariais, referentes às posições dos profissionais docentes, os quais se caracterizavam como professores do âmbito primário, secundário e superior, bem como, efetivos, substitutos e temporários. Também, variavam a partir da localização das escolas, as quais se diferenciavam das áreas rurais e urbanas.

De acordo com esses autores, no início do século XIX, começaram a surgir necessidades para a formação de professores, sendo assim justificativas para criação de uma escola normal, em que os professores se formassem de um modo rápido, eficaz e de baixo custo para as Províncias. Sendo assim, após o Ato Adicional de 1834, cada Província elaborou seus regulamentos para a seleção e formação dos professores, definido como as escolas seriam organizadas.

De acordo com os autores acima citados, com as evoluções econômicas ecoadas pela Revolução Industrial e, também em função da ideia religiosa e missionária da docência, como uma missão a ser cumprida, pelos consequentes baixos salários e pela escassez de materiais didáticos, esses fatos possibilitaram aos homens a busca por profissões mais bem remuneradas, e de mais prestígio social, abrindo, assim as portas para a atuação das mulheres na educação.

Mediante esses fatos e, com o regulamento criado em 1854, as mulheres começaram a adentrar na educação, mas havia rígidas exigências e, também, como já

dizia o regulamento, ambos os sexos deveriam ter idade acima de 25 anos e serem brasileiros natos ou naturalizados. Segundo os autores, para as mulheres, existiam alguns requisitos para atuar na educação como docentes, em que as solteiras deveriam apresentar uma autorização paterna ou de seu responsável, se casada deveria apresentar autorização marital, se viúva o atestado de óbito do marido e, se separada deveria apresentar certidão do pároco.

Segundo esses autores aprendemos que, em termos da educação feminina, havia diferença de classe social: as mulheres da elite eram as únicas que tinham o direito de estudar, sendo estes estudos direcionados à administração da casa e da família, bem como, à educação dos filhos, ao cuidado com a casa, à música, outras línguas (geralmente o Francês), ao canto e à dança. E, ainda, apontaram para contradições sociais da época que, ao se referirem a mulher como mestra de crianças pequenas, também as concebiam como portadoras de cérebros frágeis e perigosos, ao mesmo tempo tinham atos dóceis e vocação materna.

A partir do surgimento da co-educação e suas discussões que iniciou o processo de feminização do magistério, pois diante deste modelo de educação as mulheres começaram a ser vistas como profissionais, assim, tendo acesso à formação escolar para as professoras das escolas primárias, registrando uma grande presença feminina.

O conceito da mulher, como uma missão, vocação para educar e cuidar das crianças, ampliou as possibilidades para a mesma crescer na carreira profissional, a partir do momento em que os homens começaram a se afastar da docência em busca de outras profissões mais bem remuneradas e maior prestígio social.

Aprendemos com base na pesquisa realizada no banco de dados da ANPEd – GT 08 – Formação de Professores, entre os anos de 2005 a 2015, que ainda são inexistentes as pesquisas que articulam gênero e educação, no GT 08 – Formação de professores – sinalizamos que para pesquisas futuras fica a sugestão de aprofundamento no GT 23 sobre Gênero e Educação. Para este momento, em função do tempo, focamos somente na formação de professores, fato que já revelou o que necessita ser evidenciado: gênero parece não fazer parte da formação de professores, é uma pena!

A escolha desse GT ocorreu em função de que o já conhecido GT 24 sobre Gênero e Educação, já se constituir por pesquisas relacionadas ao feminino/masculino,

em diferentes contextos, entre eles, a docência, sem dúvida trataria de temas comuns ao nosso estudo. Assim a opção pelo GT de Formação de Professores nos desafiou na busca pelo tema docência masculina e os motivos de seu afastamento.

Nessa direção a autora Vianna (2001), nos ensinou que, a partir do século XX, a profissão docente passou a se constituir de maneira sobretudo feminina; hoje se destacando mais na educação básica, evidenciando portanto uma grande presença das mulheres no magistério brasileiro, ainda destaca, que este processo não se iniciou nos dias de hoje, mas sim desde o fim do século XIX, momento em que as mulheres começaram adentrar na educação, a partir de escolas domésticas ou de improviso.

De acordo com a autora, em suas discussões sobre gênero, conforme proposições de Heilborn (1992, Apud Vianna, 2001), o gênero para a sociedade, tem como propósito resgatar sua construção cultural e histórica sobre as diferenças sexuais entre homens e mulheres, buscando superar o pensamento de que essas diferenças determinam as diferenças culturais, assim, julgados como seres de qualidades diferentes. Tal construção cultural e social, tem como relação o poder do homem sobre a mulher, uma interpretação machista e que nos faz reféns desta concepção histórica e cultural. Para a autora o ato de desvalorização referente ao feminino não está relacionado com o gênero e, sim, com suas atitudes.

Outra autora Louro (1997), nos ajudou a ampliar nosso conhecimento tanto sobre a docência feminina quanto masculina, no sentido de observarmos que a educação, não era igual para ambos os gêneros. Existiam professores para os meninos e professoras para as meninas; os mesmos deviam estudar em classes ou até mesmo turnos diferentes. Os professores e professoras, além de ensinar, tinham a missão de serem exemplos para a sociedade; assim, deveriam possuir moralidade e suas casas deveriam ser adequadas e saudáveis.

Relembrando essa autora, aprendemos que, a concepção a educação da mulher, era de que a mesma deveria ser educada, não para suas necessidades, mas sim para o cuidado do marido, dos filhos ou para a missão de educar, como também deveria se portar como a virgem Maria, tendo pureza, missão da maternidade, perfeição moral, aceitação de sacrifícios e a ação educadora de seus filhos e filhas, como a história da virgem, apontando a bifurcação entre Maria e Eva.

Em continuidade nos orienta que o magistério era considerado uma profissão masculina, leiga e de prestígio social, começa a ser visto e reconsiderado, como um trabalho/sacerdócio e não mais uma profissão. Isto fez com que, os homens fossem se distanciando cada vez mais da docência. Sendo assim, os profissionais da área, foram perdendo sua autonomia na educação pelo poder do Estado, este que, a partir deste momento, decidiria os conteúdos a serem trabalhados, os horários dos professores, bem como seus salários. Também ressalta, que este fato está ligado a muitos outros fatores, não somente à inserção da mulher na profissão.

Nossas aprendizagens nos remetem a seguinte afirmação: as pesquisas sobre gênero, educação, docência feminina e masculina, desigualdades de gênero, preconceitos, entre outros temas, ainda necessitam de maior visibilidade e aprofundamento.

OBSERVAÇÕES FINAIS:

O objetivo geral deste trabalho foi realizar um estudo e uma pequena pesquisa sobre a evolução da profissão docente do masculino ao feminino: o que revelam e velam as pesquisas que, segundo os autores e autoras utilizados para a nossa fundamentação teórica, revelaram que o homem não se afastou da docência somente pela revolução industrial, e suas consequências econômicas, mas também pelas representações e concepções direcionadas posteriormente à docência, no momento em que o governo se obrigou a dar mais espaço para o gênero feminino na profissão, pelo crescimento social da época.

Também nos ensinaram que a feminização do magistério foi uma conquista das mulheres e o afastamento masculino, não ocorreu por acaso, mas sim, pela busca de outras oportunidades, bem como profissões mais bem remuneradas, que lhes oferecessem maior prestígio social e político.

Espero que este TCC seja o embrião para outras pesquisas que aprofundem a temática gênero, docência, educação, tão necessárias aos dias atuais. Trazendo cada vez mais estudos, podendo superar cada dia mais essas desigualdades históricas e culturais. Podendo assim, um dia vivermos livres deste sistema patriarcal que nos sufoca. .

Por fim, mesmo não tendo encontrado nenhuma pesquisa específica no banco de dados bienais da ANPEd, sobre o afastamento do masculino na e da profissão docente, consegui adquirir bons conhecimentos sobre o tema com a ajuda dos autores Gondra e Schueller, Vianna, Louro e Almeida. Continuamos com a pergunta inicial e que foi o tema de nossa breve pesquisa: O que revelam e velam as pesquisas sobre o afastamento masculino da docência? Parece-nos, ainda sem resposta... apenas algumas indicações...

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Jane S. de. Mulher e educação: a paixão pelo possível. São Paulo: Ed. da Unesp, 1998.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. Educação, poder e sociedade no império brasileiro. Cortez Editora, R. Monte Alegre, 1074 Perdizes 05014-001 São Paulo-SP 2008.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres nas salas de aula. In: PRIORE, Mary del. (Org.). História das Mulheres no Brasil. 2 ed. São Paulo: Contexto e UNESP, 1997a, p. 443-481.

MOTTER, Jorge Eduardo. Nr.00098284. O que é pesquisa? Como se faz pesquisa em Educação? 2007.

TRAINA, Agma Juci Machado; JUNIOR, Caetano Traina. Como fazer pesquisa bibliográfica. ICMC-USP São Carlos. SBC HORIZONTES Volume 2 - Número 2 - Agosto de 2009, p.30-35.

VIANNA, Cláudia Pereira. O sexo e o gênero na docência. Cadernos pagu (17/18) 2001/02: p.81-103.

ARTIGOS PESQUISADOS NA ANPEd DE 2005 A 2015:

ANDRADE, Roberta Rotta Messias de. Pesquisas sobre formação de professores: uma comparação entre os anos 90 e 2000. 30ª Reunião Anual da ANPEd, GT 08-Formação de professores. 2007

ARAÚJO, Sônia Maria da Silva. História de vida de professoras: reflexões contextuais sobre a docência. 35ª Reunião Anual da ANPEd, GT 08 - Formação de professores. 2012

CASTRO, Magali de. Reflexões sobre a profissão docente: antigas professoras falam sobre o passado e o presente da professora primária. 30ª Reunião Anual da ANPEd, GT 08 – Formação de professores. 2005

CONTI, Celso. Visões sociais acerca do magistério. 29ª Reunião Anual da ANPEd. GT08 – Formação de professores. 2006

MANZANO, Cinthia Soares. A formação de professores na revista brasileira de educação (1995 – 2005): uma breve análise. 30ª Reunião Anual da ANPEd, GT 08 – Formação de professores. 2008

MURY, Rita de Cassia Ximenes. Profissionalização docente: da aderência à vocação. 34ª Reunião Anual da ANPEd, GT 08 – Formação de professores. 2011

SARTI, Flavia Medeiros; BUENO, Belmira Oliveira. Leitura profissional docente e os limites da universitarização do magistério. 29ª Reunião Anual da ANPEd, GT 08 – Formação de professores. 2006

SOBREIRA, Henrique Garcia. Fale com ela (s). 30ª Reunião Anual da ANPEd, GT 08 – Formação de professores. 2002

SITE CONSULTADO:

www.anped.org.br

//

ANEXOS

QUADRO 1 – PESQUISA ANPEd 2005 e 2007

ANPEd	Título	Autor	Instituição	Problema	Teoria	Desenvolvimento	Resultados
2005	Reflexões sobre a profissão docente: antigas professoras falam sobre o passado e o presente da professora primária	Magali de Castro	PUC-Minas	O que falam as antigas professoras sobre a professora primária, bem como a desvalorização da profissão?	Magali de Castro; Ana Maria Casasanta Peixoto Otaíza de Oliveira Romanelli;	Pesquisa realizada com 11 antigas professoras, nascidas entre os anos 1912 e 1926, ambas entre 78 e 92 anos, com objetivo de descobrir, por que motivo ocorreu a desvalorização do magistério, e como podemos resgatá-lo.	Foi identificado que as professoras estão sendo desvalorizadas por não conseguirem dar conta de seu trabalho, tendo salários baixos, necessitando trabalhar em duas escolas para se manter.
2007	Pesquisas sobre formação de professores: uma comparação entre os anos 90 e 2000	Robert a Rotta Messias de Andrade	Centro Universitário Senac	O que trazem as pesquisas sobre a formação de professores no banco de dados da CAPES dos anos 90 a 2000?	Maria Aparecida Castro e Roberta R. M. A. Andrade; Bernadete Gatti; Francisco Imbernón; Antônio Nóvoa; Maurice Tardif;	Análise de resumos de teses e dissertações brasileiras, defendidas entre os anos 90 e 2000, disponíveis no banco de dados da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior).	Foram encontrados 75 trabalhos de teses e dissertações defendidos no período dos anos 90 a 2000 sobre o magistério, sendo que, 43 sobre o magistério do ensino médio e 13 do ensino superior.

QUADRO 2 – PESQUISA ANPEd 2009

ANPEd	Título	Autor	Instituição	Problema	Teoria	Desenvolvimento	Resultados
2009	A formação de professores na revista brasileira	Cinthia Soares Manzano	USP	Como ocorre a formação de professores, bem como, sua valorização?	SOUSA, C. P. et al. Iria Brzezinski e Elsa Garrido	Foram extraídos artigos publicados na ANPEd entre os anos de 1995 e 2005, direcionados à formação de professores em geral, sua valorização, formação continuada e	Foram identificados grandes avanços e ajustes na segunda fase da revista, aumentando gratificadamente o número de artigos publicados e

	de educação (1995 – 2005): uma breve análise					permanente progresso no desenvolvimento dos conhecimentos.	direcionados à pesquisa.
Fale com ela (s)	Henrique Garcia Sobreira	UERJ/FEB F	Como ocorreu o fim do magistério normal médio e o início do ensino superior?	Adorno; Ariès; Pedro Almodovar;	Entrevistas com professoras que trabalham na área da educação formadas no Normal Médio, com propósito de descobrir o que pensavam sobre as mudanças e os reajustes da LDB Lei 9394/96 do Normal Superiores (NS), bem como as Instituições Superiores de Educação (ISEs), dando assim, decreto de morte para o Normal Médio (NM)	Na pesquisa o autor se refere a várias situações de pacientes em estados mórbidos, referindo-se aos estados que o magistério aparentou. Com isso o pesquisador foi até as instituições, aos centros educacionais, para saber qual era o posicionamento das professoras sobre o assunto, trazendo à tona as divergentes ideologias das mesmas.	
História de vida de professoras: reflexões contextuais sobre a docência	Sônia Maria da Silva Araújo	UFPA	Como a mulher e a professora é vista pela sociedade nas Ilhas do Guajará no Belém do Pará?	Maristela de Paula Andrade Roseli A. Cação Fontana Guacira Lopes Louro	Pesquisa, com professoras que nasceram, viveram e atuam como docentes nas Ilhas do Guajará no Belém do Pará, abordando três temáticas inter relacionadas: cultura, gênero e formação. Com o objetivo de conhecer como estas mulheres foram criadas e como são tratadas atualmente após sua formação docente.	As professoras relatam que na infância sofriam diversos preconceitos por serem mulheres, negras e muitas vezes filhas de mãe solteira e/ou doméstica. Nos dias atuais, como professoras, o tratamento é muito diferente, onde são respeitadas pela profissão.	
Leitura profissional docente e os limites da universalização do magistério	Flávia Medeiros Sartimira Oliveira Bueno	FEUSP	Como os professores se apropriam de discursos, práticas, valores e saberes educacionais produzidos no meio acadêmico?	Pierre Bourdieu; Belmira O. Bueno; Elza Pino dos Santos; Daiane Antunes Vieira;	A pesquisa foi realizada sob caráter etnográfico tendo como referencial empírico o PEC-Formação Universitária, um programa de formação continuada em nível superior, com o propósito de descrever e caracterizar como as professoras das séries iniciais, alunas do programa, leram os textos acadêmico-educacionais oferecidos.	Segundo a autora, os textos acadêmicos eram de grande importância para a formação continuada dos docentes, bem como o reconhecimento da associação entre a teoria e a prática, oferecendo melhor compreensão na relação entre a universidade e a escola, resultando na produção e na circulação de saberes mais relevantes para a educação, não somente sobre a educação.	
Visões sociais acerca do magistério	Celso Conti	UFSCar	O que dizem as professoras sobre a visão social direcionada ao magistério?	Marli E. D. de André; Theodor W. Adorno; Miguel G. Arroyo; Marília P. Carvalho;	Foram analisados relatos de vida de seis professoras em início de carreira, que atuam na rede de ensino de um município de médio porte do interior do estado de São Paulo, com objetivo de compreender	Diante a pesquisa, percebe-se que as classes sociais têm um grande poder sobre a sociedade, assim como na distinção entre o gênero feminino e o gênero masculino que ainda é muito	

					Cláudia P. Vianna e Maria T. Estrela, In: D. B. Catani; Claudia P. Vianna;	como a profissão docente é vista perante as concepções sociais sobre gênero, classes sociais, e mais tarde classes populares.	presente em nossos comportamentos e atitudes. Portanto a visão entorno da profissão docente ainda é – para algumas das professoras entrevistadas – como uma válvula de escape da sociedade.
--	--	--	--	--	----------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

QUADRO 3 – PESQUISA ANPEd 2011 a 2015

ANPEd	Título	Autor	Instituição	Problema	Teoria	Desenvolvimento	Resultados
2011	Profissionalização docente: da aderência à vocação	Rita de Cassia Ximendes Mury	PUC-Rio	Como ocorre o processo de profissionalização dos docentes da instituição Escola da Ladeira?	GATTI, B. A. (coord.); BARRETO, E. S. GOODSON, I. F. NÓVOA, A.	A pesquisa tinha como propósito compreender o processo de profissionalização do corpo docente da instituição Escola da Ladeira. Sendo assim, foram realizadas entrevistas baseadas na metodologia das histórias de vida, partindo da necessária articulação entre o eu profissional e o eu pessoal.	A pesquisa trouxe à tona a categoria da aderência como relevante para analisar a maneira pela qual esse corpo docente acessou à profissão, dentro de um campo de escolhas possíveis; o magistério mostrou-se o caminho viável para a inserção no mercado de trabalho.
2013	-	-	-				
2015	-	-	-				